

O ENSINO DAS HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A LEI 11.645/2008: O ESTADO DA ARTE ENTRE 2014 a 2020

Laisla Eduarda Teixeira Acioli¹ José Valdir Jesus de Santana²

RESUMO: Esta pesquisa vincula-se ao projeto de pesquisa Educação, relações étnico-raciais e interculturalidades da Educação Básica e tem como foco de análise a produção científica sobre o ensino das histórias e culturas indígenas na Educação Básica, no período de 2014 a 2020, no banco de dissertações e teses e no portal de periódicos da CAPES, tratando-se, portanto, de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento. Ressaltamos que o ensino das histórias e culturas indígenas na Educação Básica é tornado obrigatório com a promulgação da Lei 11.645/2008 e, nesse sentido, é importante identificar e analisar as pesquisas que têm sido realizadas tendo como objeto o ensino das histórias e culturas indígenas na Educação Básica, de modo a identificar em quais contextos esse processo tem ocorrido e quais as dificuldades e limites que se colocam para a efetivação da Lei 11.645/2008. Objetivos da pesquisa: Identificar e analisar a produção acadêmica, no banco de dissertações/teses e no portal de periódicos da Capes, entre 2014 a 2020, sobre os processos de implementação da Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino das histórias e culturas indígenas na Educação Básica; analisar como a categoria interculturalidade tem sido mobilizada nessas pesquisas e identificar os avanços e limites para a implementação da lei.

Palavras chave: Educação Básica; Histórias e Culturas Indígenas; Interculturalidade.

TEACHING INDIGENOUS STORIES AND CULTURES IN EDUCATION BASIC AND LAW 11.645/2008: THE STATE OF THE ART BETWEEN 2014 TO 2020

ABSTRACT: This research is linked to the research project Education, ethnic-racial relations and interculturalities of Basic Education and focuses on the analysis of scientific production on the teaching of indigenous histories and cultures in Basic Education, from 2014 to 2020, in the database of dissertations and theses and in the CAPES periodicals portal, being, therefore, a research of the state of knowledge type. We emphasize that the teaching of indigenous histories and cultures in Basic Education is made mandatory with the enactment of Law 11.645/2008 and, in this sense, it is important to identify and analyze the research that has been carried out with the object of teaching indigenous histories and cultures in Basic Education, in order to identify in which contexts this process has occurred and what are the difficulties and limits that are placed for the implementation of Law 11.645/2008. Research objectives: To identify and analyze the academic production, in the dissertations/theses database and in the Capes periodicals portal, between 2014 and 2020, on the implementation processes of Law 11.645/2008, which made the teaching of histories and cultures mandatory indigenous people in Basic

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia – UESB, Bolsista do projeto O Ensino das Histórias e Culturas Indígenas na Educação Básica e a Lei 11.645/2008: O Estado da Arte da Produção Acadêmica entre 2014 a 2020- laisla15mariana@gmail.com

² Professor Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos; professor titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, atuando no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade e no Programa de Pós-Graduação em Ensino da mesma Universidade. E-mail: jsantana@uesb.edu.br

Education; to analyze how the interculturality category has been mobilized in these researches and to identify the advances and limits for the implementation of the law.

Keywords: Basic Education; Indigenous Stories and Cultures; Interculturality.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento de direitos diferenciados aos povos indígenas e a outras minorias presentes no Brasil e nos países da região refletiu-se também nas agendas educativas nacionais. Uma abordagem que nos parece interessante reivindicada crescentemente por alguns movimentos sociais é a de que a educação intercultural não deve apenas ter por alvo as populações indígenas, os afrodescendentes ou outras minorias presentes no país, mas deve atingir toda a população nacional. Nesta perspectiva, conhecimentos acerca destes povos deveriam fazer parte do currículo escolar. Em 2008, acontece uma nova mudança da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996), ao ser sancionada a Lei 11.645, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígenas na Educação Básica. Diversas pesquisas têm demonstrado a forma preconceituosa e distorcida na forma de tratamento das questões indígenas contidas nos livros didáticos que chegam às escolas de todo o país e ao modo como as práticas pedagógicas de professores têm sido limitadas, posto que muitas delas estão impregnadas de preconceitos e estereótipos em relação aos povos indígenas de nosso país. Nesse sentido, consideramos importante analisar a produção acadêmica sobre o ensino das histórias e culturas indígenas na Educação Básica, de forma a identificar os referenciais teóricos que têm sido acionados por pesquisadores e pesquisadoras, além de compreender os limites e avanços impostos, aos sistemas de ensino, no tocante à implementação da lei 11.645/2008.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo “estado do conhecimento” (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021). Foi realizado levantamento bibliográfico no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Educação Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como também a Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Foi a partir desse levantamento de literatura em banco de dados que se pode observar a quantidade de pesquisa sobre a temática desenvolvida neste projeto e bem como identificar a relevância e importância dessas discussões em nosso dia a dia.

Para a condensação e análise dos dados coletados foram utilizadas três etapas: pré-análise das teses e dissertações encontradas nos bancos de dados da CAPES e BTDDB a partir dos descritores: “ensino de história e cultura indígena,” “Lei. 11.645/2008,” “interculturalidade e educação” “educação indígena” e “educação escolar indígena.” O levantamento geral das pesquisas possibilitou evidenciar o panorama sobre a quantidade de trabalhos relacionados com a temática a ser estudada nesse estado do conhecimento, sendo encontradas mais de 210 pesquisas dentre elas dissertações de mestrado e teses de doutorado. No entanto com o recorte temporal de 2014 a 2020 o número de pesquisas totalizou 67 entre teses e dissertações. Após análise mais cuidadosa dessa produção, a partir dos resumos, conseguimos delimitar um número menor de pesquisas, que tratavam de forma mais específica do nosso recorte temático, sendo possível fazer uma descrição mais cuidadosa dessa produção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Leis 10.639/03 e 11.645/08 introduzem as diretrizes públicas para o reconhecimento e valorização da diversidade na educação. A primeira modifica a lei 9.394/96 para incluir o ensino obrigatório de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio, sendo posteriormente alterada pela segunda (Lei 11.645/08) para incluir, além da história e cultura afro-brasileira, história e cultura indígena, onde são expostas como consequências de um processo de luta e dos embates dos movimentos de afro-americanos e indígenas contra o racismo para derrubar uma imagem negativa que historicamente se formou em torno de populações não brancas em diferentes esferas da vida social e educacional (CRUZ; NASCIMENTO, 2020).

Os processos de reconhecimento e valorização da diversidade nas instituições de ensino não são uma tarefa fácil, pois, para que ocorram, são necessários uma série de mecanismos que possibilitem uma descolonização do saber por meio das programações escolares, bem como a descolonização do ser por meio de um processo de formação permanente. É necessário, portanto, que os professores que atuam na educação Básica estejam em constante processo de informação, para que por meio dela conheçam, reconheçam e trabalhem questões relacionadas aos diversos grupos sociais e étnicos que compõem a sociedade. Esta formação irá alargar a compreensão destes professores sobre educação e diversidade, transformando uma perspectiva limitada em um conceito educacional mais amplo (GUSMÃO, 1997).

Conforme Ribeiro (1957), as crianças brasileiras, durante o seu tempo na escola convivem com o estereótipo do “índio genérico” e quando se tornam adultos ainda continuam alimentando fantasias sobre o “índio” como pessoas primitivas. Um dos maiores difusores desta imagem está ligada à educação básica, que reforça, nos materiais didáticos utilizados, a imagem das populações indígenas no Brasil como algo do passado, criando para os alunos um senso comum a respeito do “índio” de forma folclórica existente apenas no passado.

A idealização sobre o desaparecimento dos povos indígenas na sociedade, não foi algo construído de forma aleatória. Durante o período de 1980, os brasileiros pensavam e acreditavam na extinção dos povos indígenas. Durante este período ocorreu a ocupação territorial e também de exploração da Amazônia, onde queriam abrir estradas e espaço para o desenvolvimento econômico o que ocasionou um contato genocida com sociedades indígenas.

A pesquisa realizada por Marques e Calderoni (2018) com os docentes de uma escola municipal, demonstra como esses professores tendem a negar a existência do preconceito e da discriminação étnico-racial entre os alunos, porém quando são questionados, declaram que concordam com a não existência de uma boa comunicação e relacionamento entre os alunos e o aluno indígena. Sendo assim é possível entender que, em muitos casos, durante a trajetória escolar dos alunos, pode ser priorizado um currículo eurocêntrico e colonizador, mesmo o país sendo um lugar de imensa diversidade e culturas. É preciso, portanto, construir práticas pedagógicas e currículos orientados pela perspectiva da interculturalidade crítica.

CONCLUSÕES

A partir das pesquisas analisadas, é possível afirmar que o ensino das histórias e culturas indígenas, no contexto da educação básica, conforme assegurado pela Lei 11.645, encontra alguns limites, dentre eles: carência de políticas voltadas à formação de professores no tocante à temática das histórias e culturais indígenas; predomínio de

visões estereotipadas acerca das populações indígenas que se reproduzem em práticas pedagógicas de professores e no currículo escolar.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia pela bolsa que me possibilitou realizar a pesquisa. Agradeço ao meu orientador, o prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana, pela confiança que tem depositado em mim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, V. T; CORREIA, L. O. Invisibilização e estereotipia: representações dos povos indígenas no livro didático e na formação do professor de história. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, v. 2, n. 8, p. 96-119, jul./dez. 2021.

CRUZ, A. M. V; NASCIMENTO, R. N. F. do. As leis 10639/03 e 11645/08: perspectivas e debates no campo da Antropologia da Educação. **Vozes, Pretérito e Devir**, Ano VII, Vol. XI, Nº II (2020).

GONÇALLO, R. L. A. et. al. Interculturalidade e Educação: abordando a Temática Indígena na Educação Básica. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 21, n. 1, janeiro – abril, 2019.

GUSMAO, N. M. M. de. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 18, n. 43, p. 8-25, Dec. 1997.

MARQUES, E. P. de S; CALDERONI, V.A. M. de O. A implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicoraciais: subversão à lógica da colonialidade no currículo escolar. **Revista da ABPN**, v.12, nº 32, março – maio, 2020.

MOROSINI; M; KOHLS-SANTOS; P.; BITTENCOURT, C. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

RIBEIRO, D. **Culturas e línguas indígenas do Brasil**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 21, n. 67, 2016.

SILVA, E. **Os povos indígenas e o ensino: (re)conhecendo sócio diversidades na educação para as relações étnico - raciais**. **Revista de estudos indígenas de Alagoas–Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 1, n.1, p. 4-19. 2022.